

O evento “Amec Convida” contou com a participação da representante da *Global Reporting Initiative* no Brasil, Glaucia Terreo, que realizou apresentação sobre a metodologia GRI para elaboração de relatórios empresariais, na última quinta-feira, 8 de julho. O Presidente-Executivo da Amec, Fábio Coelho, abriu o encontro expressando a intenção da Associação em contribuir para a simplificação e mais acesso dos investidores a informações de caráter ESG (ambientais, sociais e de governança) pelas empresas brasileiras. “Estamos em conversas com o Ministério da Economia para levar propostas de aperfeiçoamento das políticas de disclosure pelas companhias”, disse o Presidente.

A convidada introduziu sua apresentação explicando a finalidade de desmistificar a ideia de que a metodologia GRI é complexa e de difícil compreensão. “É uma metodologia bem detalhada, mas não é complicada. O problema é que temos bons e maus relatos, mas isso não tem a ver com o método”, disse. O termo *greenwashing* é utilizado quando o relatório procura encobrir ou omitir problemas de sustentabilidade na atividade empresarial por meio da publicação de relatório cujo conteúdo não corresponde com a realidade.

Em relação a essas práticas, Glaucia ressaltou o papel dos investidores no contato com as áreas de sustentabilidade das empresas para alertar sobre eventual percepção negativa. O contato com as empresas ajuda a gerar maior empoderamento das áreas responsáveis pelas informações de sustentabilidade junto a alta gestão das companhias. “O investidor deve entrar em contato com a empresa e relatar práticas não adequadas. É um bom motivo para a área de sustentabilidade acionar a alta gestão”, comentou a representante da GRI. Ela ressaltou que o investidor é o *stakeholder* com maior poder de influência nas empresas.

Histórico

A GRI foi fundada na forma de uma Ong em 1997, tornando-se independente em 2002, mesmo ano em que mudou sua sede dos EUA para Amsterdã. O fato que incentivou sua criação foi o acidente ambiental do petroleiro Exxon Valdez, ocorrido na Costa do Alasca. A GRI conta hoje com financiamento de diversos países para se manter e possui também receitas de serviços prestados junto a empresas para certificar seus relatórios. Cabe ressaltar que a verificação dos relatórios se restringe à metodologia e não ao conteúdo, esclareceu Glaucia.

A GRI é classificada atualmente como uma norma de consenso para a elaboração de relatórios empresariais utilizada em diversos países. Hoje, está presente atualmente em 145 leis em 62 países. Também é utilizado como regulação de informações socioambientais obrigatórias em Bolsas de alguns países como África do Sul e Taiwan. A metodologia é utilizada atualmente por 10 mil empresas ao redor do mundo. Das 250 maiores empresas do mundo, 93% delas realizam *disclosure* ESG. Deste grupo, 75% utiliza a metodologia do GRI.

No Brasil, são 400 empresas que seguem a metodologia. A primeira empresa brasileira a foi a Natura, em 2001, com a produção do primeiro relatório neste formato em 2002. Atualmente, das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), 98% usam GRI.

Relatório Integrado e Metodologia

Cada vez mais se verifica que não é suficiente considerar apenas os relatórios financeiros e o balanço patrimonial para uma análise adequada dos riscos de uma empresa. Hoje em dia, os aspectos ESG vão ganhando relevância na análise dos investidores, que buscam informações mais completas.

Nesse sentido, a metodologia GRI estabelece diretrizes para complementar o relatório anual com informações ESG. “Se uma empresa tiver apenas o relatório socioambiental separado, isso não é um bom indicador”, indicou Glaucia. Um relatório abrangente pressupõe uma abordagem de materialidade dos riscos ESG e a lista de ações e informações relacionadas a eles. “A materialidade

é o coração do processo do GRI. O trabalho de definição da materialidade ajuda a organização a fazer reflexão sobre os temas necessários”, defendeu a especialista.

Os melhores relatórios são sintéticos e bem estruturados, voltados para o uso do conselho de administração. “Tenho visto bons trabalhos de áreas bem capacitadas, mas que não sobem para conhecimento e utilização do conselho”, apontou Glaucia. Isso ocorre porque muitas vezes existe o medo da área de sustentabilidade em desagradar os membros do conselho ou da alta gestão.

Qualquer organização pode baixar as normas GRI. A metodologia é mais utilizada pelas grandes empresas, que são as mais demandadas, mas as pequenas e médias também estão utilizando cada vez mais. A *Global Reporting Initiative* é semelhante em vários aspectos ao IFRS (normas contábeis internacionais). A diferença é que o GRI é mais específico e detalhado. O GRI está dividido em 6 cadernos. Os três primeiros fazem parte do chamado “universal standards”, e os três últimos trazem tópicos mais específicos dos temas econômicos, ambientais e sociais.

Fonte: AMEC, em 12.07.2020